

**ATA DA 59ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

Ata da 59ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 04 de setembro de 2015, à 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Renato Jaquet Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília Doutor Flávio Augusto Martins Leite, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC-BSB Doutor Josmar Gomes de Oliveira, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do Distrito Federal Sandra Aparecida Dohler Ferreira, o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto, a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas, o Senhor Secretário Executivo de TI do MPDFT Doutor Rodrigo Castro Jesuíno da Silva. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, tendo indicado para substituí-la nesta reunião, o Senhor Assessor da Primeira Vice-Presidência Doutor Luiz Antônio de Araújo; o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, a Excelentíssima Senhora Conselheira da OAB/DF Hellen Falcão e o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira, tendo indicado para substituí-lo nesta reunião, a Senhora Diretora de Suporte Administrativo da Procuradoria de Pessoal da PGDF Doutora Thaís Ferreira Vitorino Boueres. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos, dando boas vindas ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Flávio Leite, ocasião em que agradeceu a presença do Ilustre Magistrado e o interesse que tem demonstrado acompanhando as ações de implantação do PJE. Teceu elogios a sua atuação como magistrado, ressaltando que sua presença irá somar esforços ao grupo bem como que será um privilégio estar mais uma vez trabalhando com o MM Juiz. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê submeteu à apreciação dos membros do Comitê a Ata da 58ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 28 de agosto de 2015. Não havendo impugnação, declarou a ata aprovada. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor informou aos presentes que foi agendada a reunião com o Dr. Bráulio Gusmão do CNJ, para próxima terça-feira, dia 08/09/2015, às 14 horas e questionados se estavam de acordo em transferir a próxima



reunião do Comitê Gestor para essa data, todos os presentes manifestaram-se favoravelmente. Deste modo, ficou decidido que a 60ª Reunião do Comitê Gestor acontecerá no próximo dia 08/09, às 14 horas e a pauta terá como tema único as ações para o aprimoramento da parceria com o CNJ. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor questionou sobre a implantação do sistema nas Varas de Precatórias do Fórum Professor Júlio Fabbrini Mirabete, ocorrida no último dia 28/08/2015. Com a palavra, o Senhor Secretário do PJE Declieux Dias Dantas informou que a implantação correu de forma tranquila, todavia, foi solicitada uma mudança no fluxo de trabalho, nos casos de medidas urgentes, que será disponibilizada na próxima semana. Outra questão que foi apontada refere-se ao cadastro de advogados de outros estados. Conforme esclareceu, a legislação prevê que o próprio advogado é que deve se credenciar e não o servidor da vara fazer o seu cadastramento. Esse ponto será avaliado durante este primeiro mês da implantação. O Senhor Secretário do PJE noticiou que com a implantação do sistema, o Fórum Mirabete será um ponto central para os advogados, em virtude da sua localização estratégica, pois os advogados poderão peticionar de lá para qualquer jurisdição. Por conta desta constatação, foi solicitado à Administração, mais servidores para compor a equipe do fórum e aumento do espaço físico destinado a sala de atendimento. O Senhor Secretário do PJE informou que na implantação do PJE na Vara de Ações Previdenciárias surgiram dois novos usuários do sistema: os peritos e a Advocacia-Geral da União. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor mencionou que relativamente aos peritos, cada instituição de classe tem a sua forma de treinar o perito, com cursos de pós-graduação e treinamentos e destacou que durante essa semana participou de uma reunião com o Presidente do Conselho de Contabilidade, oportunidade em que falou sobre o PJE, sugerindo que os cursos de perito passem a abordar à forma da perícia judicial eletrônica e o acesso ao processo eletrônico. Na sequência, o Senhor Secretário do PJE informou que foi agendada para o dia 28/09/2015, a visita ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE para conhecer a nova versão do PJE – Segundo Grau, que foi implantada naquele órgão. Segundo destacou, a versão 1.7.2 é uma versão muito boa e corrigiu muitos dos erros que têm sido apontados pelos usuários do PJE nas Turmas Recursais. O Senhor Secretário do PJE também destacou que irá avisar os magistrados sobre a data agendada no TSE para visita e ressaltou que a equipe técnica do TSE solicitou o agendamento para o final do mês, a fim de poderem corrigir os erros e pequenos problemas que podem surgir nas primeiras semanas após o lançamento da versão. O Senhor Secretário do PJE informou que foi solucionado o problema trazido pela Excelentíssima Senhor Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, relativamente ao e-mail recebido pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Pedro Yung-Tay Neto, no qual o MM Juiz de Direito Substituto Doutor Clodair Borin, do 3º Juizado Especial de Fazenda Pública do DF noticiou dificuldade de ordem técnica para assinatura digital de decisões judiciais no



PJE. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor do PJE solicitou informações sobre a emissão do segundo certificado para os magistrados e destacou que precisamos o quanto antes atender essa demanda dos magistrados, pois é muito importante ter esse segundo certificado em um caso de pane ou perda do token. Em seguida, o Senhor Secretário do PJE informou que foi solicitado que um servidor do TJDFT trabalhe no desenvolvimento do e-carta juntamente com a equipe do CNJ e um servidor dos Correios, objetivando a implantação que deverá ocorrer até dezembro deste ano. Dando prosseguimento a reunião, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública Sandra Dohler destacou que as Turmas Recursais não estão recebendo recursos de medida originária em meio físico, só em meio virtual. Foi destacado pelo representante do MPDFT Doutor André Vinícius que os advogados foram orientados que nos processos físicos o recurso seria físico e no processo eletrônico, o recurso seria virtual e que deste modo, é preciso que o Tribunal oriente as turmas a receber o recurso também em meio físico. O Excelentíssimo Senhor Juiz Flávio Leite ressaltou que não podemos ignorar as demandas dos usuários e destacou que se essa fórmula está funcionando e não houver razão para que seja feito o contrário, o Tribunal poderia publicar uma portaria, regulamentando esse procedimento. A Doutora Sandra Dohler também ressaltou que essa medida dá muito mais agilidade ao processo. O Presidente do Comitê e demais membros concordaram que é preciso regulamentar esse procedimento, junto à Corregedoria. Na sequência, o representante do MPDFT indagou ao Presidente do Comitê o estado das tratativas junto ao CNJ acerca do desenvolvimento do módulo criminal do PJE, conforme discutido em reunião pretérita do Comitê. O Desembargador Flávio Rostirola afirmou que com a alteração da composição do CNJ aquele Conselho estaria verificando qual a melhor forma de desenvolvimento do módulo criminal. Acrescentou que essa seria uma das questões apropriadas para debate na reunião com a presença do Dr. Bráulio Gusmão. Em seguida, o Senhor Secretário do PJE fez uma breve explanação sobre o segundo item da pauta: trâmite do processo através do fluxo do PJE, no qual destacou que entre as muitas prioridades existentes, está em primeiro lugar, elaborar o fluxo de automação das publicações no Diário de Justiça Eletrônico. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola encerrou a sessão às 14h50, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

DESEMBARGADOR FLÁVIO ROSTIROLA

Presidente do Comitê Gestor do PJE



FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE

Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

JOSMAR GOMES DE OLIVEIRA

Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC/Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Procurador de Justiça do MPDFT

SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA

Defensora Pública da Defensoria Pública do DF

CELSO DE OLIVEIRA SOUSA NETO

Secretário-Geral do TJDFT

LUIZ ANTONIO DE ARAÚJO

Assessor da Primeira Vice-Presidência

DECLIEUX DIAS DANTAS

Secretário do PJE

KATIA DE SOUZA PRATES

Coordenadora da COSIST

RODRIGO CASTRO JESUÍNO DA SILVA

Secretário Executivo de TI do MPDFT

THAÍS FERREIRA VITURINO BOUERES

Diretora de Suporte Administrativo da Procuradoria de Pessoal da PGDF